REGISTRO
SINDÁGUA-MG
2009
27/ Outubro
188
CUT
Sind. dos Trab. Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

DESCONTOS IRREGULARES DA GREVE DEVOLVIDOS POR FORÇA JUDICIAL

A greve vitoriosa da categoria obtem mais uma confirmação na Justiça da responsabilidade e direito da categoria!

O SINDÁGUA e a Copasa celebraram "Acordo Coletivo de Trabalho Extraordinário" no último dia 23 de outubro para que os trabalhadores beneficiados por decisão judicial recebam os dias descontados irregularmente pela empresa durante a greve vitoriosa de 2003. O pagamento do período descontado irregularmente será efetuado pela própria Copasa na folha de pagamento de outubro, reembolsando os valores para os trabalhadores que ainda estão na ativa. Ainda pelo "Acordo", o reembolso para os trabalhadores que já se desligaram da Copasa será efetuado pelo Sindicato. Para isto, a empresa fornecerá ao SINDÁGUA os endereços residenciais dos trabalhadores desligados para que a entidade providencie o pagamento.

Renato, Rogério Matos, Gelton Palmieri e José Maria acertam o acordo.

Com a vitória do SINDÁGUA no processo para ressarcir o desconto indevido aos trabalhadores, por decisão judicial a Copasa fez um depósito de aproximadamente R$ 360 mil "à disposição do Juízo". Inicialmente, os pagamentos aos trabalhadores seriam realizados pelo SINDÁGUA. Verificou-se, no entanto, que a empresa deveria repassar ao Sindicato os dados bancários dos trabalhadores beneficiados, para que a entidade fizesse os depósitos. Com o "Acordo Extraordinário" o processo de reembolso aos trabalhadores da ativa ganha em agilidade, já que ele será feito pela própria empresa em sua folha de pagamento. Já os companheiros desligados da empresa serão contatados pelo sindicato para disponibilizarem dados bancários, para receberem seus valores.

Segunda parcela da PL será paga agora...

... mas processo continua na Justiça pelo cumprimento do acordo que esteabeleceu valor igual para todos!

A Copasa já incluiu também na folha de outubro o pagamento da segunda parcela da Participação nos Lucros (PL), repetindo o mesmo valor efetuado na primeira parcela.

Estes valores que estão sendo efetuados pela empresa, no entanto, levaram em consideração a metodologia aplicada pela Copasa sem considerar pagamento de valor linear, como ficou estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2010.

O Sindicato, no entanto, mantém o processo judicial para que a PL linear seja respeitada nos termos do acordo coletivo, estabelecendo a conquista da categoria por um valor mais justo para todos!

RESPEITO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Os sindicatos e a Copasa começam a reconstruir o relacionamento equilibrado que historicamente marcou o trabalho dos representantes de ambas as partes nas discussões sobre os direitos da categoria. Na primeira reunião com o novo presidente da empresa, Ricardo Simões, e com o diretor de gestão corporativa, Gelton Palmieri, já ficaram declaradas intenções de distender as tensões que vivíamos internamente.

Algumas preocupações manifestadas pela direção do SINDÁGUA encontraram acolhida na nova direção. Em uma delas, tivemos repercussão imediata, com a reedição da comissão de estudos sobre a Previminas, assunto que deixa os trabalhadores apreensivos, por não agüentarem mais qualquer reajuste, haja vista as três últimas pancadas de 37%, outros 37,24% e mais 20,84%, deixando grossa maioria em severa dificuldade. A expectativa de agora é que não haja qualquer reajuste, como foi defendido pelo próprio presidente do Conselho de Administração da Copasa, João Antônio Fleury, em reunião com o Sindágua, Senge, Saemg, Acoprevi, grupo "Complementação" e direção da Previminas.

Outro assunto apontado como preocupação pelo sindicato na última reunião foi entendido pelo diretor de gestão como prioridade, o estudo para garantir direitos dos trabalhadores aposentados ao se desligarem da empresa, envolvendo não apenas o direito à indenização de 40% do FGTS, mas também por assegurar acesso aos planos de saúde de baixo e alto risco.

Também discutimos com o diretor de gestão a necessidade urgente de regulamentar a GADVI, pois muitos companheiros vêm sendo penalizados sem condição de recursos, transformando a atividade de dirigir veículos como um risco a que os trabalhadores ficam sujeitos, recheados de penalidades. Este assunto vem se arrastando, sem uma solução negociada e prejudica não apenas os trabalhadores como à própria empresa, que é vista com desconfiança pela forma inflexível de tratar acidentes de trânsito ou quaisquer danos.

Também foi tratado com o diretor uma busca de satisfazer os trabalhadores que esperam a promoção agendada no plano de cargos e salários, lembrando-se que estavam previstas variações de crescimento nos níveis 1, 2 e 3. Segundo informações, alguns companheiros foram enquadrados e outros não, sem que a empresa justificasse ou programasse o acerto global de todos os trabalhadores avaliados por desempenho.

O diretor de gestão já marcou nova reunião com o Sindicato para esta terça-feira, de forma que todas as pendências possam ser passadas, esclarecidas e todas as providências necessárias.

Um dos pontos importantes que demonstram a disposição de retomada do diálogo e de flexibilizar as relações do trabalho foi a iniciativa da empresa de atender a solicitação do SINDÁGUA para o retorno do acesso da direção da entidade às dependências da empresa e eliminar os procedimentos que dificultavam o trabalho da entidade sindical. O SINDÁGUA volta à regularidade de suas reuniões com as diretorias plena e executiva, sem que os dirigentes sejam perseguidos com perdas dos direitos que prejudicam a GDI, PL e outros.

A normalidade nas relações do trabalho voltam a ser construídas e a categoria tem o respeito que ela merece.

DEAPES cobra direitos dos aposentados

O Coordenador do Departamento de Aposentados (DEAPES), Waltencyr Teófilo, e Jarbas Marinho reuniram-se com o diretor de Gestão da Copasa, Gelton Palmieri, no último dia 23, quando apresentaram problemas enfrentados pelos trabalhadores aposentados que se arrastam há muito anos e que redundaram, inclusive, em processos judiciais contra a empresa.

Waltencyr enumerou várias medidas necessárias para resgatar os direitos desses trabalhadores que se dedicaram à empresa ao longo de suas vidas. Foram discutidos, principalmente, quatro pontos:

1 - A garantia do atendimento ao aposentado no plano de saúde de baixo risco;

2 - Regularizar as cobranças de atrasados e cujos débitos não foram levantados pelo Copass Saúde (acordo na Justiça assinado em 11 de setembro/2008 dos aposentados por invalidez e acidente trabalho), trazendo ansiedade aos aposentados, que não conseguem arcar com os pagamentos por erros que não são seus;

3 - Devolver os crachás de acesso às dependências da empresa aos trabalhadores afastados por invalidez e acidentes de trabalho;

4 - Garantir o acesso às dependências da empresa a todos os aposentados através de concessão de crachá especial.

As demandas apresentadas pelo DEAPES à empresa foram defendidas por Waltencyr como um direito dos trabalhadores aposentados, para encaminharem seus processos que ainda são administrados pela Copasa, sobretudo o plano de saúde de baixo risco, como controle de acesso à AECO e outras instâncias nas quais os trabalhadores investiram em seu tempo de ativa.